



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 370/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2019

TIPO: **MENOR PREÇO GLOBAL**

O MUNICÍPIO DE CAMBUÍ – MG, mediante a Pregoeira oficial Sra. Adriana Cristina Moura e os membros da equipe de apoio Sr. Adilson Pereira da Silva, Sr. Flávio José Gallerani Ribeiro, Sr. Ricardo José Marques e Sr. Leonardo Fabrício da Rosa, todos regularmente nomeados através da portaria Nº. 003/2019 torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, do tipo menor preço, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal Nº. 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pela pregoeira ou membro da equipe de apoio no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Cambuí, na Praça Coronel Justiniano Nº. 164 – Centro – Cambuí – Minas Gerais, **até o horário estipulado para o início da sessão pública de processamento do pregão.**

Os envelopes poderão ser entregue pessoalmente ou remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia **05 de abril de 2019, às 09h00min**, e será conduzida pela Pregoeira Oficial ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

1. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em Medicina e Segurança no Trabalho, visando à elaboração dos programas de saúde do trabalho, exigidos pela legislação trabalhista vigente, conforme descrito no termo de referência, sendo:

LOTE 1: Engenharia de Segurança

PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais: Avaliação qualitativa dos agentes.

LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho: Avaliação quantitativa dos agentes.

LTCAT EXTEMPORÂNEO: LTCAT atemporal, quando houver necessidade, para os casos cujos os cargos se encontram inexistentes ou de data em que não eram exigidos o LTCAT e pelo qual serão realizados os PPPs quando solicitados.

PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário: Documento exigido pelo servidor que trabalha em ambiente de risco a fim de aposentadoria especial.

CONSULTORIA E ASSESSORIA: Assessoria junto a Prefeitura Municipal de Cambuí com um Técnico de segurança do trabalho, através de visitas periódicas para controle e treinamento no uso de EPI, elaboração de PPPs, acompanhamento ao Departamento de Recursos Humanos em casos de acidentes de trabalho e com os eventos de SST na Plataforma do eSocial, no desenvolvimento da CIPA e outros mais que se fizerem necessários.

LOTE 2: Medicina do Trabalho

ASOS: Exames complementares – Admissão, BIMMs, restrição ao trabalho, CAT e outros mais que se fizerem necessários.

DA FORMA DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços licitados será imediatamente após assinatura do contrato nos seguintes termos:

Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser executados em conformidade com as disposições constantes no Anexo VI (Termo de Referência) do presente Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

O objeto desta licitação deverá ser realizado no MUNICÍPIO DE CAMBUÍ nos locais definidos pela Administração Municipal.

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade técnica e ética pelo serviço que prestar, respondendo civil e criminalmente pelos atos que praticar, sem prejuízos das medidas e sanções administrativas por eventuais danos/prejuízos suportados pelo Município decorrente da prestação de forma negligente, imprudente ou imperita dos serviços ora contratados.

As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da proponente vencedora;

Serão de total responsabilidade da proponente vencedora, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados.

Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, contratados pela licitante vencedora, que deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades, conforme as necessidades do Município.

Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a empresa vencedora a promover a devida regularização, observando-se os prazos contratuais.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Cambuí ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93);

Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei 8.666/93.

A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

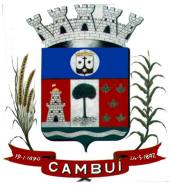
Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte

As microempresas e empresas de pequeno porte que **quiserem** participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

- a. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar **atualizada**, ou seja, emitida a menos de **120 (cento e vinte) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação.
- b. Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o modelo do **Anexo III**, do presente Edital.

Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

pequeno porte deverão ser apresentados **fora dos envelopes**, no ato de **credenciamento** das empresas participantes.

3. DO CREDENCIAMENTO

Fica a critério do licitante se fazer representar ou não na sessão.

A empresa participante deste processo que enviar representante legal deverá, até o horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se a pregoeira e/ou Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, apresentando os seguintes documentos, em **cópia autenticada ou cópia e respectivo original (em mãos) para autenticação**:

a) Caso o representante seja **sócio, proprietário ou dirigente** da empresa proponente deverá apresentar:

- ✓ Cópia do ato constitutivo ou do contrato social (consolidado ou original acompanhado por todas as alterações), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- ✓ Cópia da cédula de identidade;
- ✓ Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

b) Caso o representante seja **preposto** da empresa proponente, deverá apresentar:

- ✓ Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento, de acordo com o **Anexo III** deste Edital;
- ✓ Cópia da cédula de identidade;
- ✓ Cópia do ato constitutivo ou contrato social (consolidado ou original acompanhado por todas as alterações);
- ✓ Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

c) Caso a empresa tenha o **Certificado de Registro Cadastral – CRC da Prefeitura de Cambuí** e desde que o mesmo esteja dentro do prazo de validade:

- ✓ Cópia do Certificado de Registro Cadastral – CRC;
- ✓ Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento, de acordo com o **Anexo III**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

deste Edital, caso o representante seja preposto da empresa;

- ✓ Cópia da cédula de identidade, do representante da empresa;
- ✓ Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

A empresa que não se fizer representar deverá encaminhar, juntamente com os envelopes da proposta e da documentação, cópia do ato constitutivo ou do contrato social, bem como, declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme o modelo do **Anexo IV**. Tais documentos deverão ser encaminhados **fora dos envelopes** da Proposta e da Documentação, sob pena de impedimento em participar do certame.

O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a inabilitação, nem a desclassificação do licitante. A empresa que não se fizer representar participará do certame apenas com a sua proposta escrita.

A empresa que não se fizer representar fica automaticamente impedida de participar da fase de competição com lances verbais, da negociação de preços e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência do direito de interpor recurso.

Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um licitante.

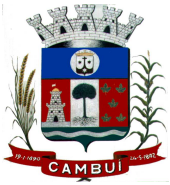
Os documentos de credenciamento, os quais farão parte do presente processo de licitação, deverão ser entregues **separadamente** dos envelopes da Proposta e da Documentação.

Far-se-á o credenciamento até o horário estipulado para o início da sessão de processamento do pregão.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser apresentada de acordo com modelo estabelecido no **anexo IV, fora dos envelopes nº 01 e 02**.

Caso o referido documento não seja apresentado na forma estabelecida acima, a pregoeira poderá suprir tal formalidade através de declaração a ser firmada pelo representante legal do participante durante a sessão, desde que o mesmo tenha poderes para firmá-la.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes lacrados e rubricados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE 01 – PROPOSTA
MUNICÍPIO DE CAMBUÍ
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 370/2019
PREGÃO nº. 034/2019
EMPRESA PROPONENTE:

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
MUNICÍPIO DE CAMBUÍ
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 370/2019
PREGÃO nº. 034/2019
EMPRESA PROPONENTE:

5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 01 “DA PROPOSTA”

O Envelope nº 01 “Da Proposta” deverá conter os seguintes elementos:

Carta proposta, na forma impressa, de acordo com o modelo do **Anexo I**, contendo preço mensal dos serviços ofertados, algarismado e por extenso, em reais, considerando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula;

Especificações pertinentes ao objeto desta licitação;

Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega dos envelopes;

Assinatura do representante legal da proponente, identificando-o (nome, nº identidade/CPF);

O proponente, ao elaborar a sua proposta, deverá observar o valor máximo mensal descrito no Anexo I deste edital, sob pena de desclassificação.

Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total cotado, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o valor unitário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

Para a proposta apresentada será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, independentemente de declaração expressa.

A empresa vencedora fica submetida aos prazos especificados no presente edital, independentemente de declaração expressa.

A proposta deverá ser elaborada em papel com a devida identificação da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

A pregoeira considerará como formais erros que não impliquem em nulidade do procedimento.

Com fundamento no inciso I do art. 48 da Lei nº 8.666/93, consolidada, serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste edital.

Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser considerados pela pregoeira, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

5.2. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE 02 “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

Para a habilitação no presente processo os interessados deverão apresentar no Envelope 02 - Documentos de Habilitação, os documentos a seguir relacionados:

Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social (consolidado ou original acompanhado por todas as alterações), em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

(O representante da empresa que apresentar o documento citado acima, no ato de credenciamento, conforme o disposto no subitem 3.2 do presente edital fica dispensado de apresentá-lo dentro do envelope dos documentos de habilitação).

Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ, atualizado;

Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, inclusive quanto à Dívida Ativa da União; abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.

Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;

Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;

Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Certidão Negativa de Falência ou Concordata, com data de expedição de até 30 (trinta) dias;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada);

Declaração expressa pela proponente atestando que a mesma goza de boa situação financeira, dispondo dos índices de liquidez geral - ILG, de solvência geral - ISG e de liquidez corrente - ILC, iguais ou acima de 1, conforme Balanço Patrimonial do último exercício financeiro. Na referida declaração deve constar a assinatura do administrador e do contador da empresa com a devida identificação;

Declaração de inexistência de menores em seu quadro de pessoal, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados;

Declaração de que a empresa conhece na íntegra o edital e se submete às condições nele estabelecidas.

Certificado de Inscrição da empresa proponente junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM

Certificado de Registro da empresa proponente junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

Comprovação de aptidão para a execução dos serviços, mediante atestado ou certidão emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que a empresa proponente executou a qualquer tempo, objeto semelhante a este que está sendo licitado.

Comprovação, para fins de demonstração de capacitação técnico-profissional, de possuir profissional de nível superior, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

Registro junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM, do Médico Coordenador

Registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, do Engenheiro de Segurança do Trabalho.

Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal, devendo neste caso, ser apresentada preferencialmente até três dias corridos antes do prazo de entrega da documentação e proposta, em dias úteis de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h30min, junto ao Departamento de Compras e Licitações.

A Equipe de Apoio do Pregão poderá consultar o serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET.

No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

considerado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da emissão dos mesmos.

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.18.7 e seguintes do presente edital.

7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

O credenciamento dos interessados em participar do certame, assim como, o recebimento da proposta de preços e dos documentos de habilitação ocorrerá até o horário marcado para início da sessão de processamento do pregão e no local indicados no preâmbulo deste edital.

Ultrapassado o prazo previsto acima estará encerrado o credenciamento, bem como o recebimento dos envelopes e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

Após o credenciamento, será aberta a sessão de processamento do pregão, momento em que os licitantes entregarão a pregoeira a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no **Anexo IV** do edital.

A análise das propostas pela pregoeira visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Serão desclassificadas as propostas que não atenderem quaisquer das exigências deste edital ou que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, bem como aquelas que consignarem preços simbólicos, irrisórios, de valor zero, manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com o objeto da licitação, e ainda, àquelas que consignarem vantagens não previstas ou baseadas em oferta das demais licitantes.

Não será motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração.

As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

- a. Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b. Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

A pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

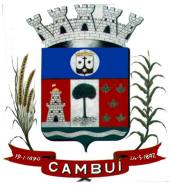
A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

A pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

Após a negociação, se houver, a pregoeira examinará a aceitabilidade do preço oferecido, decidindo motivadamente a respeito.

A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

Quando houver mais de um item a ser licitado, o envelope dos documentos de habilitação será aberto após o final da etapa de lances de todos os itens.

Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, a pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos.

A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pela pregoeira, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes.

Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes.

Para o bem dos serviços, a pregoeira, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

Da preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte

Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

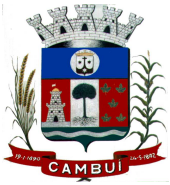
- a. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- b. Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea “a” do subitem 7.18.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.18.2 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- c. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.18.2 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea “a” do subitem 7.18.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

O disposto no subitem 7.18.3 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.18.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.18.8. A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no ato de credenciamento, de acordo com o disposto no subitem 2.7 deste Edital, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

8. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela pregoeira ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

Interposto o recurso, a pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

A adjudicação será feita pelo **MENOR PREÇO GLOBAL DO LOTE.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

9. DA CONTRATAÇÃO

Fica estabelecido que com o licitante vencedor será celebrado contrato (**Anexo V**), que deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação para este fim, devendo neste ato, a Contratada indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras informações.

A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato dentro do prazo previsto caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades previstas no item 11 do presente edital.

10. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cabe ao Município:

Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;

Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo;

Efetuar o pagamento à proponente vencedora, de acordo com o previsto neste edital;

Emitir, através do setor competente, a Autorização de Fornecimento para o início da execução do objeto e disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos necessários à perfeita execução dos serviços;

Facilitar o acesso dos técnicos da proponente vencedora às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

Fornecer à proponente vencedora todos os esclarecimentos, informações, dados, elementos, relações, listagens, cópias de legislação e dos documentos, necessários para a execução dos serviços.

Manter o sigilo sobre a tecnologia e as técnicas da proponente vencedora a que tenha acesso;

Disponibilizar espaço físico nas dependências da Prefeitura quando necessário.

Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da proponente vencedora caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;

Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;

Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;

Permitir a subcontratação de partes dos serviços desde que seja solicitada pela contratada e que haja conveniência para a contratante.

Responsabilizar-se pela tomada de providências em relação às sugestões e orientações emitidas pelos consultores da contratada.

Responsabilizar-se pelos atos praticados pela gestão de forma isolada e/ou de caráter omissivo que contrariem as orientações dadas pelos consultores da contratada.

Cabe ao Proponente vencedor:

Executar o objeto de acordo com o estipulado no anexo 1.2 - da forma de execução, e anexo VI – Termo de Referência, e de acordo com os prazos estipulados no Item 13, deste edital;

Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato.

Suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados conforme permissivos legais elencados na Lei 8.666/93.

Receber todo o apoio logístico, tais como recursos humanos para recebimento de orientação e materiais e equipamentos condizentes com a execução dos serviços, objetivando um desenvolvimento mais racional e mais eficiente das atividades objeto deste contrato quando na sede da contratada;

Tratar como confidenciais todas as informações e dados técnicos, administrativos e financeiros contidos nos documentos da contratante, guardando sigilo perante terceiros;

Emitir a nota fiscal da prestação dos serviços.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 10% (dez por cento), do valor do contrato.

Quando comprovados que os serviços não correspondem ao especificado na proposta, fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de exigir a substituição sem qualquer ônus, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, bem como o ressarcimento de eventuais prejuízos que o fato ocasionar.

O não cumprimento do disposto no tópico acima, implica na aplicação, a partir do 6º (sexto) dia, de multa de 0,06%, por dia, calculada sobre o preço proposto, limitado a 30 dias após o pedido de substituição, quando então o Município deverá adotar as providências legais pertinentes.

O Município, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela proponente adjudicada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê o contraditório e a ampla defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

12. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

- a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei 8.666/93;
- b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardando-se o interesse público;
- c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização.

13. DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DA ACEITAÇÃO E DO CONTROLE DE QUALIDADE.

O contrato, proveniente do presente processo licitatório, terá início imediato a partir data de sua assinatura e término previsto para 31/12/2019, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

Os serviços objeto deste edital serão requisitados integralmente, de acordo com as necessidades do Município, e deverão ser iniciados em até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, por conta e risco da licitante, dentro das normas técnicas exigidas, na forma da Lei vigente, e executadas com acompanhamento e anuência da Administração.

14. DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL E DA REVISÃO.

Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados em parcelas mensais e sucessivas até o 5º dia útil de cada mês, mediante apresentação da nota fiscal.

A empresa contratada deverá apresentar a Secretaria de Administração, até o 5º (quinto) dia do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

mês subsequente ao da efetiva prestação dos serviços, as Notas Fiscais referentes aos serviços prestados. Caberá a Secretaria de Administração certificar os serviços prestados e encaminhar as notas para o devido pagamento.

Os valores somente serão revisados quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela contratada.

Após os primeiros 12 (doze) meses, os preços contratuais poderão ser reajustados de acordo com o Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas.

Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou o saldo contratual passará a ser praticado, pelo próximo período de 1 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do contrato.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes da execução deste edital correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária nº. 0412200014.078 Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda 339030 Material de consumo.

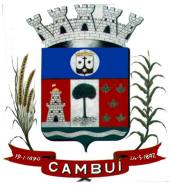
O custo estimado desta contratação é de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

A Prefeitura de Cambuí consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

16. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, serão desconsiderados pela pregoeira, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento e estes prazos somente serão considerados em dia de expediente da Prefeitura.

É vedado à empresa contratada caucionar ou utilizar o contrato objeto da presente licitação, para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

Todas as condições deste edital, assim como os compromissos assumidos pelo licitante através de sua proposta, farão parte do contrato independentemente de transcrição.

Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal, revogar, anular ou homologar esta Licitação, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes. Após este prazo a comunicação que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaria, não terá efeito de recurso.

Os casos omissos serão dirimidos pela pregoeira, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93 atualizada, Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e o Decreto nº 3555/00.

No interesse do Município, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93, atualizada.

Integram o presente edital:

-
- Anexo I – Especificações do objeto / Modelo da Proposta / Valor Máximo Mensal
- Anexo II – Modelo da Carta de Credenciamento
- Anexo III – Modelos da declaração de enquadramento como EPP ou ME
- Anexo IV – Modelo da declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação
- Anexo V – Minuta do Contrato
- Anexo VI – Termo de Referência

Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, através de documento formal endereçado a pregoeira da Prefeitura de Cambuí.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

Não serão aceitos documentos encaminhado via e-mail.

Caberá a pregoeira decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

Para dirimir questões decorrentes do presente processo fica eleito o Foro da Comarca de Cambuí - MG, por mais privilegiado que outro possa ser.

Cambuí/MG, 14 de março de 2019.

Sra. Adriana Cristina Moura

Pregoeira

Sr. Adilson Pereira da Silva

Equipe de Apoio

Sr. Flávio José Gallerani Ribeiro

Equipe de apoio

Sr. Ricardo José Marques

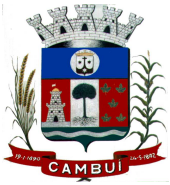
Equipe de apoio

Sr. Leonardo Fabrício da Rosa

Equipe de Apoio

De acordo:

Carolina Salles de O. Preto
Controle Interno



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / MODELO DA PROPOSTA

Processo de Licitação N° _____/2019 - Edital PP N° __/2019

Razão Social: _____.

CNPJ/MF: _____.

Endereço: _____.

Telefone/Fax: _____ E-mail: _____.

| LOTE 01 | | | | |
|---------|--|--------|----------------|-------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANT. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 01 | <p>Elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), visando melhorar os ambientes de trabalho, preservar a saúde e integridade física dos Servidores, através de ações de prevenção e controle dos riscos ambientais, definidos pela NR9. O PPRA deverá ter o controle dos riscos ambientais no local de trabalho com medidas de controle, monitoração da exposição dos trabalhadores aos riscos ambientais existentes no local de trabalho.</p> <p>Deverá conter:</p> <ul style="list-style-type: none">a. Avaliação e reconhecimento dos riscos ambientais com vistoria detalhada do ambiente de trabalho (internos e externos);b. Descrição e análise física das seguintes unidades que compõem a Prefeitura e todas as suas dependências: Secretaria de Administração e Fazenda, Secretaria de Saúde (incluindo as UBSs), Secretaria de Obras, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação (incluindo CEIMs e escolas), Secretaria de Governo (Cultura, Esporte e Lazer) e Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes);c. Enquadramento da Prefeitura no CNAE preponderante e grau de risco.d. Descrição e análises qualitativa e quantitativa dos riscos químicos, físicos e biológicos (dosimetrias de ruídos, calor, produtos químicos e outros que se fizerem necessários) existentes nos ambientes de trabalho;e. Indicação, descrição detalhada e acompanhamento na aquisição dos EPI's para os Servidores;f. Orientação e treinamento sobre o uso de EPI's para todos os servidores;g. Montagem, estruturação e impressão de relatório com validade de 1 ano;h. Relatório assinado por engenheiro de segurança do trabalho; | 01 | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

| | | | | |
|----|---|----|--|--|
| | <p>i. Implantação de medidas de controle durante a vigência do programa de avaliação de eficácia, com apresentação de relatório ao término da vigência;</p> <p>j. Ser feito em sistema homologado (próprio) e em arquivos XML, para importação pelo sistema do e-Social preenchendo os eventos de SST, dentro dos moldes e exigências da plataforma do e-Social e para os fins a que se fizer necessário;</p> <p>Os serviços deverão ser prestados “in loco” para avaliação de cada setor de trabalho e os respectivos cargos/funções dos servidores municipais em relação à exposição de agentes nocivos inerentes às atividades desenvolvidas, bem como do ambiente físico de trabalho de cada cargo/função, através de levantamento qualitativo de riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos, de acordo com a NR-9. Após os levantamentos deverá ser elaborado o PPRA, atendendo a todos os eventos obrigatórios de cadastro e plataforma de e-Social.</p> | | | |
| 02 | <p>Elaboração de Laudo Técnico das Condições do ambiente do Trabalho – LTCAT, para identificar trabalho exercido sob condições perigosas ou insalubres, objetivando de forma integrada com o PPRA. Identificar as condições ambientais de trabalho por setor. Em cada setor deverá ser feita a inspeção e as medições indicadas, obedecendo as Normas Técnicas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (Portaria nº 3214/78), principalmente as NRs – 07,09,10,15,16,17 e 32, Constituição Federal de 1988 e Normas da ANVISA; Controle da insalubridade NR15 e periculosidade NR16, através de levantamento dos riscos ambientais e no local de trabalho. O Laudo Técnico deverá conter:</p> <p>a. Critério adotado: Mencionar a legislação ou norma em que baseou para a elaboração do laudo técnico (critério qualitativo e quantitativo);</p> <p>b. Descrição das atividade e condições de exposição, descrevendo detalhadamente as atividades e condições de exposição, também descrevendo detalhadamente as atividades desenvolvidas pelos Servidores, o ambiente de trabalho e as máquinas e equipamentos utilizados;</p> <p>c. Realizar as avaliações ambientais separadamente por unidade e por ambiente periciado, sendo as informações coletadas próximo ao servidor que está exposto ao maior risco dentro do ambiente;</p> <p>d. Priorizar as avaliações quantitativas dos riscos ambientais (químicos, físicos e biológicos). Quando não for possível quantificar os agentes de risco, deve-se qualificá-lo, caracterizando a atividade de forma a atender exatamente o texto descrito nas NRs e seus anexos;</p> <p>e. Identificação e avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos químicos, físicos e</p> | 01 | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | <p>biológicos;</p> <p>f. Medição de ruído com laudo impresso em todos os maquinários, veículos, nas unidades operacionais e administrativas e os diversos ambientes de trabalho com ruído acima de 85 db(a). O laudo deverá ser anexado no relatório do LTCAT;</p> <p>g. Medição de luminosidade com laudo impresso em todos os ambientes de trabalho com iluminação abaixo do recomendado. O laudo deverá ser anexado no relatório do LTCAT;</p> <p>h. Medição dos agentes nocivos identificados, utilizando equipamentos adequados e calibrados;</p> <p>i. Realização de análises quantitativas de ruído, calor, químicas (óleos, graxas, fumos metálicos) e outras que se mostrarem necessárias para caracterização de insalubridades;</p> <p>j. Determinar mediante Laudo assinado por responsável devidamente habilitado os cargos e funções que exercem operações insalubres – NR15 e se fazem jus ao recebimento de insalubridade, e qual o percentual a ser aplicado;</p> <p>k. Avaliação de atividades e operações insalubres – NR15, atribuindo insalubridade, se houver, e o respectivo percentual de pagamento;</p> <p>l. Avaliação de atividade e operações perigosas – NR16, atribuindo periculosidade, se houver, e o respectivo percentual de pagamento;</p> <p>m. Laudo assinado por médico especialista em medicina do trabalho pela ANAMT/AMB e/ou engenheiro de segurança do trabalho;</p> <p>n. Montagem, estruturação e impressão de relatório com validade para 2 anos (desde que não haja mudança de layout ou alteração do processo de produção);</p> <p style="padding-left: 40px;">As inspeções e demais serviços deverão ser realizadas no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Cambuí, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, agendando previamente o período das avaliações ambientais;</p> <p>o. Verificar o tempo de exposição diário dos servidores aos riscos, bem como a quantidade de produto manuseado;</p> <p>p. Prestar esclarecimentos e desempenhar atividades, mesmo que não especificadas no presente contrato, que sejam necessárias ao bom andamento da confecção e desenvolvimento dos trabalhos;</p> <p>q. Garantir a segurança e idoneidade das avaliações. As avaliações quantitativas que apresentarem resultados 100% acima do limite</p> | | | |
|--|---|--|--|--|



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

| | | | | |
|----|---|--|--|--|
| | <p>de tolerância deverão ser refeitas com acompanhamento do Técnico responsável pelo laudo, durante o tempo de duração da medição, sendo escolhido outro servidor para servir de monitoramento;</p> <p>r. Ser feito em sistema homologado (próprio) e em arquivos XML, para importação pelo sistema do e-Social, preenchendo os eventos de SST, dentro dos moldes e exigências da plataforma do eSocial e para os fins a que se fizer necessário;</p> <p>s. A contratada deverá entregar ao Departamento de Recursos Humanos o cronograma detalhado de realização dos serviços, incluídas todas as tarefas significativas referentes ao PPRA e ao LTCAT, a partir da data de assinatura do contrato.</p> | | | |
| 03 | <p>LAUDO EXTEMPORÂNEO: LTCAT atemporal que classifica os riscos em que o servidor, no cargo a ser elaborado o PPP, tinha em seu ambiente de trabalho, de acordo com a época em que não era exigido o LTCAT e também para cargos que se encontram inexistentes atualmente na Prefeitura.</p> | 50 | | |
| 04 | <p>Elaboração de Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP (Obrigatório desde o ano de 2004 IN – 99 do INSS)</p> <p>a. Fazer estudos das atividades realizadas pela contratante, analisando as exigências psicossomáticas de cada uma, para elaboração de análises profissiográficas e emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPPs dos servidores, quando demandados;</p> <p>b. Elaboração de PPPs em formulário próprio do INSS, conforme a Legislação vigente com os detalhes de cada campo a ser preenchido. Em caso de cargos inexistentes ou em épocas mais antigas, após a análise do Técnico de Segurança do Trabalho deverão ser de acordo com um Laudo Extemporâneo sendo cada um elaborado em particular, correspondente ao cargo. Deverá conter identificação da empresa, registro, assinatura e carimbo da empresa responsável pelo preenchimento.</p> | 150 | | |
| 05 | <p>CONSULTORIA E ACESSORIA: Técnico de Segurança do Trabalho:</p> <p>Através de visitas periódicas para implantação do PPRA, tanto para fins de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, como para prestar suporte na implementação e manutenção dos eventos relacionados à Segurança e Saúde do Trabalho, para atender os eventos de SST na Plataforma de e-Social, e demais</p> | 01 visita semanal 8 horas 60 visitas | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| | <p>obrigações exigidas. Deverá prestar serviço de:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Controle de EPI: A Assessoria dada pela em presa através de um Técnico de Segurança do Trabalho deverá abranger o controle, distribuição e treinamento sobre o uso de EPI;b) Elaboração de PPPs;c) Acompanhamento em qualquer necessidade relacionada a área de segurança do trabalho como controle e treinamentos no uso de EPI, no desenvolvimento da CIPA, assessoria ao Departamento de Recursos Humanos em casos de acidente de trabalho, juntamente com o preenchimento dos eventos de SST na plataforma do e-Social e em todo o mais que se fizer necessário durante o período vigente da licitação. | | | |
|--|--|--|--|--|

LOTE 02

| | | | | |
|----|---|-----|--|--|
| | <p>Exames ocupacionais (individuais) – ASO, BIMM: Admissão, afastamento (licença saúde, licença maternidade, restrição e retorno ao trabalho).</p> <ul style="list-style-type: none">a. Admissional – exame realizado no ato de sua admissão/posse em decorrência do cargo que irá exercer dentro da Prefeitura, aplicando-se os exames necessários para cada cargo que será exercido;b. BIMM- Boletim de Inspeção Médica: Avaliação e preenchimento dos laudos dos servidores efetivos para licença saúde, licença maternidade restrição e retorno ao trabalho, a qual deverão ser encaminhado para o Fapem;c. O Médico do Trabalho deverá comparecer ao município de Cambuí em até 2 dias após a solicitação da Administração Municipal, em horário e local designado, para atendimentos dos servidores públicos municipais;d. Elaborar o CAT – Comunicado de acidente de trabalho – No caso de haver acidente de trabalho com servidores;e. Os laudos deverão conter no mínimo os seguintes dados:<ul style="list-style-type: none">1. Nome completo do trabalhador, o número de registro de sua identidade e sua função;2. Os riscos ocupacionais específicos existentes, ou a ausência deles, na atividade do empregado;3. Indicação dos procedimentos médicos a que foi submetido o trabalhador, incluindo os exames complementares e a data em que foram realizados;4. Nome do médico coordenador, quando houver, com respectivo CRM;5. Definição de apto ou inapto para a função específica que o trabalhador vai exercer, | | | |
| 06 | | 450 | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

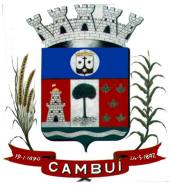
| | | | | |
|--|---|--|--|--|
| | exerce ou exerceu; 6. Nome do médico encarregado do exame e endereço ou forma de contato; 7. Data e assinatura do médico encarregado do exame e carimbo contendo seu número de inscrição no Conselho Regional de Medicina; 8. Sem limites de exames. | | | |
|--|---|--|--|--|

OBSERVAÇÕES:

- A empresa deverá fornecer atestado de capacidade técnica para a segurança do bom desenvolvimento da prestação dos serviços e também para a segurança da Prefeitura na contratação da mesma.
- Os serviços deverão ser realizados no município de Cambuí.

Local e Data

Carimbo e Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 370/2019 EDITAL PP Nº 034/2019

ANEXO II

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO EPP OU ME

(Entregar este documento fora dos envelopes)

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
_____,
_____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____,
DECLARA, para fins do disposto na alínea “b” do subitem 2.6.2 do Edital de Pregão Presencial nº ____/2019,
sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data,
é considerada:

MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, _____ de _____ de 20__

(assinatura do responsável pela empresa)

OBSERVAÇÃO:

Assinalar com um “X” a condição da empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 370/2019 EDITAL PP Nº 034/2019

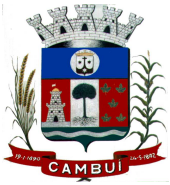
ANEXO III

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, a participar do Processo de Licitação Nº. 370/2019 instaurado pelo MUNICÍPIO DE CAMBUÍ - MG, na modalidade Pregão Presencial Nº. 034/2019 na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer, assinar declarações relativas ao processo em questão e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de ____ 20_.

Carimbo e Assinatura do Credenciante



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 370/2019 EDITAL PP Nº 034/2019

ANEXO IV

MODELO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no Processo de Licitação Nº. 370/2019 instaurado pelo MUNICÍPIO DE CAMBUÍ - MG, na modalidade Pregão Presencial Nº. 034/2019, que a empresa _____, com CNPJ sob o nº _____, atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 6 do edital convocatório.

_____, em ____ de ____ 20__.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 370/2019 EDITAL PP Nº 034/2019

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CAMBUÍ, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. TALES TADEU TAVARES por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ com sede NA Praça Coronel Justiniano Nº. 164 – Centro – Cambuí - MG, inscrito no CNPJ Nº. 18.675.975/0001-85 doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº, estabelecida na....., Bairro....., no Município de, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, e o PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 370/2019, instaurado pelo EDITAL PP Nº 034/2019, homologado no dia....., o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1. 1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em Medicina e Segurança no Trabalho, visando à elaboração dos programas de saúde do trabalho, exigidos pela legislação trabalhista vigente, conforme descrito no termo de referência, sendo:

LOTE 1: Engenharia de Segurança

PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais: Avaliação qualitativa dos agentes.

LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho: Avaliação quantitativa dos agentes.

LTCAT EXTEMPORÂNEO: LTCAT atemporal, quando houver necessidade, para os casos cujos os cargos se encontram inexistentes ou de data em que não eram exigidos o LTCAT e pelo qual serão realizados os PPPs quando solicitados.

Praça Coronel Justiniano, 164 – Centro

www.prefeituradecambui.mg.gov.br

37.600-000 – Cambuí-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário: Documento exigido pelo servidor que trabalha em ambiente de risco a fim de aposentadoria especial.

CONSULTORIA E ASSESSORIA: Assessoria junto a Prefeitura Municipal de Cambuí com um Técnico de segurança do trabalho, através de visitas periódicas para controle e treinamento no uso de EPI, elaboração de PPPs, acompanhamento ao Departamento de Recursos Humanos em casos de acidentes de trabalho e com os eventos de SST na Plataforma do eSocial, no desenvolvimento da CIPA e outros mais que se fizerem necessários.

LOTE 2: Medicina do Trabalho

ASOS: Exames complementares – Admissão, BIMMs, restrição ao trabalho, CAT e outros mais que se fizerem necessários.

DA FORMA DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços licitados será imediatamente após assinatura do contrato nos seguintes termos:

A CONTRATADA prestará suporte técnico nas seguintes modalidades:

Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser executados em conformidade com as disposições constantes no Anexo VI (Termo de Referência) do presente Edital.

O objeto desta licitação deverá ser realizado no MUNICÍPIO DE CAMBUÍ nos locais definidos pela Administração Municipal.

O licitante contratado assumirá toda responsabilidade técnica e ética pelo serviço que prestar, respondendo civil e criminalmente pelos atos que praticar, sem prejuízos das medidas e sanções administrativas por eventuais danos/prejuízos suportados pelo Município decorrente da prestação de forma negligente, imprudente ou imperita dos serviços ora contratados.

As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da proponente vencedora;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

Serão de total responsabilidade da proponente vencedora, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados.

Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, contratados pela licitante vencedora, que deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades, conforme as necessidades do Município.

Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a empresa vencedora a promover a devida regularização, observando-se os prazos contratuais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

2.1. O contrato, proveniente do presente processo licitatório, terá início imediato a partir data de sua assinatura e término previsto para 31/12/2019, podendo ocorrer prorrogação, observado o disposto na Lei 8.666/93.

2.2. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados em parcelas mensais e sucessivas até o 5º dia útil de cada mês, mediante apresentação da nota fiscal.

2.3. O valor total para a execução do objeto deste contrato é de R\$..., sendo o valor mensal de R\$....

2.4. No valor ora contratado já estão incluídos os impostos, taxas, seguros e fretes, todas as

Praça Coronel Justiniano, 164 – Centro

www.prefeituradecambui.mg.gov.br

37.600-000 – Cambuí-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

despesas que se fizerem necessárias durante o período de execução dos serviços, despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás e EPI's, bem como os de indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados da qual a contratada der causa, além de quaisquer outras despesas incidentes sobre o contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão provenientes da própria contratante, para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas na dotação orçamentária N°. 0412200014.078 Manutenção da Secretaria de Administração e fazenda 339039 Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;

Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo;

Efetuar o pagamento à proponente vencedora, de acordo com o previsto neste edital;

Emitir, através do setor competente, a Autorização de Fornecimento para o início da execução do objeto e disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos necessários à perfeita execução dos serviços;

Facilitar o acesso dos técnicos da proponente vencedora às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

Fornecer à proponente vencedora todos os esclarecimentos, informações, dados, elementos, relações, listagens, cópias de legislação e dos documentos, necessários para a execução dos serviços.

Manter o sigilo sobre a tecnologia e as técnicas da proponente vencedora a que tenha acesso;

Disponibilizar espaço físico nas dependências da Prefeitura quando necessário.

Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da proponente vencedora caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão.

Praça Coronel Justiniano, 164 – Centro

www.prefeituradecambui.mg.gov.br

37.600-000 – Cambuí-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;

Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;

Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;

Permitir a subcontratação de partes dos serviços desde que seja solicitada pela contratada e que haja conveniência para a contratante.

Responsabilizar-se pela tomada de providências em relação às sugestões e orientações emitidas pelos consultores da contratada.

Responsabilizar-se pelos atos praticados pela gestão de forma isolada e/ou de caráter omissivo que contrariem as orientações dadas pelos consultores da contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

Executar o objeto de acordo com o estipulado no anexo 1.2 - da forma de execução, e anexo VI – Termo de Referência, e de acordo com os prazos estipulados no Item 13, deste edital;

Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;

Suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados conforme permissivos legais elencados na Lei 8.666/93.

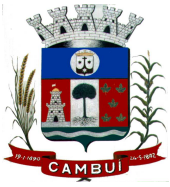
Receber todo o apoio logístico, tais como recursos humanos para recebimento de orientação e materiais e equipamentos condizentes com a execução dos serviços, objetivando um desenvolvimento mais racional e mais eficiente das atividades objeto deste contrato quando na sede da contratada;

Tratar como confidenciais todas as informações e dados técnicos, administrativos e financeiros

Praça Coronel Justiniano, 164 – Centro

www.prefeituradecambui.mg.gov.br

37.600-000 – Cambuí-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

contidos nos documentos da contratante, guardando sigilo perante terceiros;

Emitir a nota fiscal da prestação dos serviços;

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

As penalidades contratuais aplicáveis às partes, conforme os casos são:

6.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

6.1.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 10% (dez por cento), do valor do contrato.

Quando comprovados que os serviços não correspondem ao especificado na proposta, fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de exigir a substituição sem qualquer ônus, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, bem como o ressarcimento de eventuais prejuízos que o fato ocasionar.

O não cumprimento do disposto no tópico acima, implica na aplicação, a partir do 6º (sexto) dia, de multa de 0,06%, por dia, calculada sobre o preço proposto, limitado a 30 dias após o pedido de substituição, quando então o Município deverá adotar as providências legais pertinentes.

O Município, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela proponente adjudicada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê o contraditório e a ampla defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela Secretaria de Administração e Fazenda pelo Chefe do Departamento de Recursos Humanos,

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

Por ato unilateral, por escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

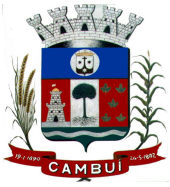
Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

8.3. A rescisão do contrato, com base no item anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula sexta deste contrato.

8.4. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cambuí - MG com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

CAMBUÍ (MG) xxxxx de xxxxxxxxxxxxxxx de 2019

TALES TADEU TAVARES

Prefeito Municipal

CONTRATADA

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais
Administração 2017/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 370/2019 EDITAL PP Nº 034/2019 ANEXO VI TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Medicina e Segurança do Trabalho.

LOTE 1: Engenharia de Segurança

PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais: Avaliação qualitativa dos agentes.

LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho: Avaliação quantitativa dos agentes.

LTCAT EXTEMPORÂNEO: LTCAT atemporal, quando houver necessidade, para os casos cujos os cargos se encontram inexistentes ou de data em que não eram exigidos o LTCAT e pelo qual serão realizados os PPPs quando solicitados.

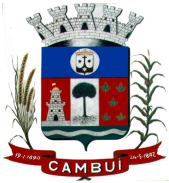
PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário: Documento exigido pelo servidor que trabalha em ambiente de risco a fim de aposentadoria especial.

CONSULTORIA E ASSESSORIA: Assessoria junto a Prefeitura Municipal de Cambuí com um Técnico de segurança do trabalho, através de visitas periódicas para controle e treinamento no uso de EPI, elaboração de PPPs, acompanhamento ao Departamento de Recursos Humanos em casos de acidentes de trabalho e com os eventos de SST na Plataforma do eSocial, no desenvolvimento da CIPA e outros mais que se fizerem necessários.

LOTE 2: Medicina do Trabalho

ASOS: Exames complementares – Admissão, BIMMs, restrição ao trabalho, CAT e outros mais que se fizerem necessários.

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | QUANT. |
|------|------|---|--------|
| 01 | | Elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) , visando melhorar os ambientes de trabalho, preservar a saúde e integridade física dos Servidores, através de ações de prevenção e controle dos riscos ambientais, definidos pela NR9. O PPRA deverá ter o controle dos riscos ambientais no local de trabalho com medidas de controle, monitoração da exposição dos trabalhadores aos riscos ambientais existentes no local de trabalho. Deverá conter: k. Avaliação e reconhecimento dos riscos ambientais com vistoria detalhada do ambiente de trabalho (internos e externos); l. Descrição e análise física das seguintes unidades que compõem a Prefeitura e todas as suas | 01 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

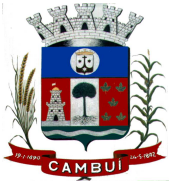
Administração 2017/2020

| | | | |
|----|--|--|----|
| | | <p>dependências: Secretaria de Administração e Fazenda, Secretaria de Saúde (incluindo as UBSs), Secretaria de Obras, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação (incluindo CEIMs e escolas), Secretaria de Governo (Cultura, Esporte e Lazer) e Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social (Sedes);</p> <p>m. Enquadramento da Prefeitura no CNAE preponderante e grau de risco.</p> <p>n. Descrição e análises qualitativa e quantitativa dos riscos químicos, físicos e biológicos (dosimetrias de ruídos, calor, produtos químicos e outros que se fizerem necessários) existentes nos ambientes de trabalho;</p> <p>o. Indicação, descrição detalhada e acompanhamento na aquisição dos EPI's para os Servidores;</p> <p>p. Orientação e treinamento sobre o uso de EPI's para todos os servidores;</p> <p>q. Montagem, estruturação e impressão de relatório com validade de 1 ano;</p> <p>r. Relatório assinado por engenheiro de segurança do trabalho;</p> <p>s. Implantação de medidas de controle durante a vigência do programa de avaliação de eficácia, com apresentação de relatório ao término da vigência;</p> <p>t. Ser feito em sistema homologado (próprio) e em arquivos XML, para importação pelo sistema do e-Social preenchendo os eventos de SST, dentro dos moldes e exigências da plataforma do e-Social e para os fins a que se fizer necessário;</p> <p>Os serviços deverão ser prestados "in loco" para avaliação de cada setor de trabalho e os respectivos cargos/funções dos servidores municipais em relação à exposição de agentes nocivos inerentes às atividades desenvolvidas, bem como do ambiente físico de trabalho de cada cargo/função, através de levantamento qualitativo de riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos, de acordo com a NR-9. Após os levantamentos deverá ser elaborado o PPRA, atendendo a todos os eventos obrigatórios de cadastro e plataforma de e-Social.</p> | |
| 02 | | <p>Elaboração de Laudo Técnico das Condições do ambiente do Trabalho – LTCAT, para identificar trabalho exercido sob condições perigosas ou insalubres, objetivando de forma integrada com o PPRA. Identificar as condições ambientais de trabalho por setor. Em cada setor deverá ser feita a inspeção e as medições indicadas, obedecendo as Normas Técnicas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (Portaria nº 3214/78), principalmente as NRs – 07,09,10,15,16,17 e 32, Constituição Federal de 1988 e Normas da ANVISA;</p> <p>Controle da insalubridade NR15 e periculosidade NR16, através de levantamento dos riscos ambientais e no local de trabalho. O Laudo Técnico deverá conter:</p> <p>t. Critério adotado: Mencionar a legislação ou norma em que baseou para a elaboração do laudo técnico (critério qualitativo e quantitativo);</p> <p>u. Descrição das atividade e condições de exposição, descrevendo detalhadamente as atividades e condições de exposição, também descrevendo detalhadamente as atividades desenvolvidas pelos Servidores, o ambiente de trabalho e as máquinas e equipamentos utilizados;</p> | 01 |

Praça Coronel Justiniano, 164 – Centro

www.prefeituradecambui.mg.gov.br

37.600-000 – Cambuí-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

| | | |
|--|--|--|
| | <p>v. Realizar as avaliações ambientais separadamente por unidade e por ambiente periciado, sendo as informações coletadas próximo ao servidor que está exposto ao maior risco dentro do ambiente;</p> <p>w. Priorizar as avaliações quantitativas dos riscos ambientais (químicos, físicos e biológicos). Quando não for possível quantificar os agentes de risco, deve-se qualificá-lo, caracterizando a atividade de forma a atender exatamente o texto descrito nas NRs e seus anexos;</p> <p>x. Identificação e avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos químicos, físicos e biológicos;</p> <p>y. Medição de ruído com laudo impresso em todos os maquinários, veículos, nas unidades operacionais e administrativas e os diversos ambientes de trabalho com ruído acima de 85 db(a). O laudo deverá ser anexado no relatório do LTCAT;</p> <p>z. Medição de luminosidade com laudo impresso em todos os ambientes de trabalho com iluminação abaixo do recomendado. O laudo deverá ser anexado no relatório do LTCAT;</p> <p>aa. Medição dos agentes nocivos identificados, utilizando equipamentos adequados e calibrados;</p> <p>bb. Realização de análises quantitativas de ruído, calor, químicas (óleos, graxas, fumos metálicos) e outras que se mostrarem necessárias para caracterização de insalubridades;</p> <p>cc. Determinar mediante Laudo assinado por responsável devidamente habilitado os cargos e funções que exercem operações insalubres – NR15 e se fazem jus ao recebimento de insalubridade, e qual o percentual a ser aplicado;</p> <p>dd. Avaliação de atividades e operações insalubres – NR15, atribuindo insalubridade, se houver, e o respectivo percentual de pagamento;</p> <p>ee. Avaliação de atividade e operações perigosas – NR16, atribuindo periculosidade, se houver, e o respectivo percentual de pagamento;</p> <p>ff. Laudo assinado por médico especialista em medicina do trabalho pela ANAMT/AMB e/ou engenheiro de segurança do trabalho;</p> <p>gg. Montagem, estruturação e impressão de relatório com validade para 2 anos (desde que não haja mudança de layout ou alteração do processo de produção); As inspeções e demais serviços deverão ser realizadas no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Cambuí, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, agendando previamente o período das avaliações ambientais;</p> <p>hh. Verificar o tempo de exposição diário dos servidores aos riscos, bem como a quantidade de produto manuseado;</p> <p>ii. Prestar esclarecimentos e desempenhar atividades, mesmo que não especificadas no presente contrato, que sejam necessárias ao bom andamento da confecção e desenvolvimento dos trabalhos;</p> <p>jj. Garantir a segurança e idoneidade das avaliações. As avaliações quantitativas que apresentarem</p> | |
|--|--|--|



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

| | | | |
|----|--|---|---|
| | | <p>resultados 100% acima do limite de tolerância deverão ser refeitas com acompanhamento do Técnico responsável pelo laudo, durante o tempo de duração da medição, sendo escolhido outro servidor para servir de monitoramento;</p> <p>kk. Ser feito em sistema homologado (próprio) e em arquivos XML, para importação pelo sistema do e-Social, preenchendo os eventos de SST, dentro dos moldes e exigências da plataforma do eSocial e para os fins a que se fizer necessário;</p> <p>ll. A contratada deverá entregar ao Departamentos de Recursos Humanos o cronograma detalhado de realização dos serviços, incluídas todas as tarefas significativas referentes ao PPRA e ao LTCAT, a partir da data de assinatura do contrato.</p> | |
| 03 | | <p>LAUDO EXTEMPORÂNEO: LTCAT atemporal que classifica os riscos em que o servidor, no cargo a ser elaborado o PPP, tinha em seu ambiente de trabalho, de acordo com a época em que não era exigido o LTCAT e também para cargos que se encontram inexistentes atualmente na Prefeitura.</p> | 50 |
| 04 | | <p>Elaboração de Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP (Obrigatório desde o ano de 2004 IN – 99 do INSS)</p> <p>c. Fazer estudos das atividades realizadas pela contratante, analisando as exigências psicossomáticas de cada uma, para elaboração de análises profissiográficas e emissão do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPPs dos servidores, quando demandados;</p> <p>d. Elaboração de PPPs em formulário próprio do INSS, conforme a Legislação vigente com os detalhes de cada campo a ser preenchido. Em caso de cargos inexistentes ou em épocas mais antigas, após a análise do Técnico de Segurança do Trabalho deverão ser de acordo com um Laudo Extemporâneo sendo cada um elaborado em particular, correspondente ao cargo. Deverá conter identificação da empresa, registro, assinatura e carimbo da empresa responsável pelo preenchimento.</p> | 150 |
| 05 | | <p>CONSULTORIA E ACESSORIA: Técnico de Segurança do Trabalho:</p> <p>Através de visitas periódicas para implantação do PPRA, tanto para fins de prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, como para prestar suporte na implementação e manutenção dos eventos relacionados à Segurança e Saúde do Trabalho, para atender os eventos de SST na Plataforma de e-Social, e demais obrigações exigidas.</p> <p>Deverá prestar serviço de:</p> <p>d) Controle de EPI: A Assessoria dada pela em presa através de um Técnico de Segurança do Trabalho deverá abranger o controle, distribuição e treinamento sobre o uso de EPI;</p> | 01 visita semanal 8 horas 60 visitas |

Praça Coronel Justiniano, 164 – Centro

www.prefeituradecambui.mg.gov.br

37.600-000 – Cambuí-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

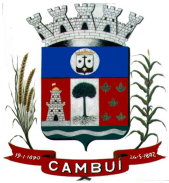
Administração 2017/2020

| | | | |
|----|--|--|-----|
| | | <p>e) Elaboração de PPPs;</p> <p>f) Acompanhamento em qualquer necessidade relacionada a área de segurança do trabalho como controle e treinamentos no uso de EPI, no desenvolvimento da CIPA, assessoria ao Departamento de Recursos Humanos em casos de acidente de trabalho, juntamente com o preenchimento dos eventos de SST na plataforma do e-Social e em todo o mais que se fizer necessário durante o período vigente da licitação.</p> | |
| 06 | | <p>Exames ocupacionais (individuais) – ASO, BIMM: Admissão, afastamento (licença saúde, licença maternidade, restrição e retorno ao trabalho).</p> <p>f. Admissional – exame realizado no ato de sua admissão/posse em decorrência do cargo que irá exercer dentro da Prefeitura, aplicando-se os exames necessários para cada cargo que será exercido;</p> <p>g. BIMM- Boletim de Inspeção Médica: Avaliação e preenchimento dos laudos dos servidores efetivos para licença saúde, licença maternidade restrição e retorno ao trabalho, a qual deverão ser encaminhado para o Fapem;</p> <p>h. O Médico do Trabalho deverá comparecer ao município de Cambuí em até 2 dias após a solicitação da Administração Municipal, em horário e local designado, para atendimentos dos servidores públicos municipais;</p> <p>i. Elaborar o CAT – Comunicado de acidente de trabalho – No caso de haver acidente de trabalho com servidores;</p> <p>j. Os laudos deverão conter no mínimo os seguintes dados:</p> <ol style="list-style-type: none">9. Nome completo do trabalhador, o número de registro de sua identidade e sua função;10. Os riscos ocupacionais específicos existentes, ou a ausência deles, na atividade do empregado;11. Indicação dos procedimentos médicos a que foi submetido o trabalhador, incluindo os exames complementares e a data em que foram realizados;12. Nome do médico coordenador, quando houver, com respectivo CRM;13. Definição de apto ou inapto para a função específica que o trabalhador vai exercer, exerceu ou exerceu;14. Nome do médico encarregado do exame e endereço ou forma de contato;15. Data e assinatura do médico encarregado do exame e carimbo contendo seu número de inscrição no Conselho Regional de Medicina;16. Sem limites de exames. | 450 |
| | | <p>OBSERVAÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ A empresa deverá fornecer atestado de capacidade técnica para a segurança do bom desenvolvimento da prestação dos serviços e também para a segurança da Prefeitura na | |

Praça Coronel Justiniano, 164 – Centro

www.prefeituradecambui.mg.gov.br

37.600-000 – Cambuí-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | <ul style="list-style-type: none">contratação da mesma.Os serviços deverão ser realizados no município de Cambuí - MG | |
|--|--|--|--|

JUSTIFICATIVA:

Visando promover a organização da gestão municipal e fortalecer o relacionamento da prefeitura com seus diversos públicos, trabalhando através das ações e de comprometimento dos funcionários contribuindo efetivamente para o desenvolvimento da comunidade.

Em face da necessidade de se estabelecer diretrizes atinentes da implementação de ações direcionadas à promoção de saúde ocupacional e a segurança do trabalho tendo em vista a inexistência de um servidor efetivo que ocupe o cargo de Técnico de Segurança do Trabalho, a implantação da CIPA, o fornecimento de documentos de direito do servidor como exemplo PPP, bem como atender a legislação vigente e ao eSocial, objetivando à prevenção de riscos e doenças referentes ao trabalho, como também à ocorrência de acidentes em serviço, identificando os riscos e medidas de controle pertinentes, permitindo a manutenção da saúde dos servidores da Prefeitura Municipal de Cambuí – MG, por meio da prevenção da ocorrência de acidentes em serviço e doenças ocupacionais.

SEBASTIÃO MÁRIO DE MOURA

Secretário de Administração e Fazenda

MARIA JOSÉ MARQUES DA SILVA

Chefe de Recursos Humanos

Praça Coronel Justiniano, 164 – Centro

www.prefeituradecambui.mg.gov.br

37.600-000 – Cambuí-MG